



Righi quis saber se havia quorum

Câmara confirma que disputa municipal terá 2º turno em dezembro

BRASÍLIA — Em sessão tumultuada — o líder do PTB, Gastone Righi, quase foi agredido por colegas irritados com sua insistência em pedir verificação de quórum — a Câmara dos Deputados aprovou, por voto de lideranças, a regulamentação das eleições municipais de novembro. Passou o projeto original, com algumas alterações retiradas do substitutivo do Senado. Assim, as eleições terão dois turnos — 15 de novembro e 15 de dezembro; em todo o país, as mesas receptoras de votos começarão a contá-los tão logo a votação termine; profissionais de rádio e TV não poderão apresentar-se em seus programas durante o período da propaganda gratuita, de 30 de setembro a 13 de novembro; fica proibida a boca de urna nos locais de votação.

O tumulto começou quando o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, anunciou o rompimento do acordo porque o PMDB não aceitava ceder aos pefelistas a presidência da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que, atualmente, com poderes puramente formais — não consegue modificar em quase nada a proposta de orçamento da União — terá grande peso depois de promulgada a nova Constituição. Entre outros, os deputados Airton Cordeiro, Victor Fontana e Eraldo Trindade, todos do PFL, censuraram o comportamento da liderança.

Gerson Peres, do PDS, exigiu o cumprimento do acordo. “Não brinquem com coisa séria”, advertiu Peres. “É por isso que deputado brasileiro é tão avacalhado. Chega de xavecos. O PFL nunca levou para a mesa de negociações essa exigência da presidência da Comissão Mista de Orçamento”. Enquanto aumentavam os protestos contra a liderança do PFL, o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, negociava fora do plenário. Ao voltar, disse que não havia cedido em nada e que haveria votação. Pouco depois, Inocêncio de Oliveira dizia ao microfone que o partido cumpriria os acordos.

Explosão — Começada a votação, muitos deputados sequer sabiam que destaques estavam sendo votados. Pelo acordo de lideranças, o substitutivo aprovado no Senado deveria ser rejeitado e substituído automaticamente pelo projeto aprovado na Câmara. No tumulto, o presidente da sessão, deputado Homero Santos (PFL-MG), chegou a declarar aprovado o substitutivo do Senado. Quando os jornalistas interpelaram Ibsen, este, depois de alguma hesitação, jurou que Homero havia feito uma retificação: o substitutivo do Senado fora rejeitado e não aprovado. No entanto, nenhum dos repórteres que acompanhavam os trabalhos ouvira essa declaração.

A confusão chegou então ao auge quando o líder do PTB, Gastone Righi, contrariado com a exclusão dos integrantes dos diretórios zonais das convenções nos municípios com mais de um milhão de habitantes, pediu verificação de presença. A sessão foi suspensa por dez minutos, enquanto soavam as campanhas. Feita a verificação, houve a primeira explosão de alegria em plenário: havia 281 deputados, 37 a mais do mínimo necessário.

A votação ganhou rapidez. Em poucos minutos, sem nenhuma discussão, foram aprovados oito destaques. Às 13h, Homero Santos declarou encerrada a sessão. O plenário aplaudiu e só havia uma reclamação: a ausência do deputado Ulysses Guimarães na presidência da Mesa.

Campanha para prefeito poderá mudar um terço dos deputados gaúchos

PORTO ALEGRE — As eleições municipais no Rio Grande do Sul vão provocar um dos maiores índices de renovação na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, permitindo a substituição dos titulares por suplentes, já que pelo menos 15 dos atuais 55 deputados concorrem às prefeituras de vários dos 334 municípios gaúchos.

O PMDB, que elegeu 27 deputados e atualmente conta com 25 (um, Jaury Oliveira, passou para o PSB, e outro Solon Tavares, se declarou independente da orientação do partido e do governador Pedro Simon) é o partido que tem maior